AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA 1981/1982

VOL. 6 – Nº 2 FEVEREIRO DE 1982

PERIÓDICOS

FGV-EAESP
A/C [redacted]
AV 9 DE JULHO 2029
01313 SAO PAULO SP

IMPRESSO

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

COORDENADOR
Tito Bruno Bandeira Ryff

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Fatores de Produção; Infraestrutura; Pecuária
Bruno Marcus Rangel Pessanha
Editoração; Arroz; Cevada; Mamona; Comércio Internacional; Feijão
Fernando Roberto de Freitas Almeida
Cana-de-Açúcar; Mandioca; Álcool; Serviço de Dados Básicos
Francisco Antônio da Fonseca Menezes
Algodão; Fruticultura; Olericultura
Iracema Bouzas Pessôa
Milho; Suinocultura; Avicultura; Serviço de Cadastro
Irene Raguenet Troccoli
Oleaginosas; Trigo; Metais Preciosos
Leila Tendrih de Freitas Almeida
Cacau; Café; Fumo; Moeda e Crédito
Régis Norberto da Cunha Alimandro

QUADRO DE APOIO

Diagramação; Composição; Montagem; Arte-Final
Emerson da Silva Martins
Secretária
Jorgina Leite Lemos
Datilógrafo
Damião Roberto Mattos Pinheiro
Mensageiro
José de Oliveira Melo Júnior
Serviço de Documentação
Maria Eunice Rocha
Estagiários
Cláudia Rodrigues Campos
Cristina Pinho Corrêa
Deborah de Almeida Lima
Edmilson Marques Lana

"Agroanalysis" é uma publicação do Grupo de Informação Agrícola do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, editada com apoio do Banco Central.

Agroanalysis, v. I — , n. 1 —; 1977 —
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30 cm Mensal (jan. a dez.)

1. Agricultura — Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola
CDU 631 (05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 — 10º — ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 — Rio de Janeiro — RJ
BRASIL

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

AGROANALYSIS

FUNDAÇAO
GETÚLIO VARGAS

Instituto Brasileiro de Economia

ÍNDICE

Páginas

Comentários

Algodão. 3

Arroz 10

Feijão 15

Milho 21

Soja 26

NOTA DA EDIÇÃO

Neste número de "Agroanalysis", o Grupo de Informação Agrícola publica, como costuma fazer nesta época do ano, um levantamento da situação das principais safras de verão do Centro-Sul do país. As lavouras de algodão, arroz, feijão, milho e soja são analisadas no que se refere às previsões de produção e às perspectivas de comercialização no momento da colheita.

No tocante à produção, a situação é menos satisfatória do que na safra anterior. As colheitas de algodão, soja e, possivelmente, arroz, deverão resultar em quantidades inferiores às obtidas na temporada 1980/81. No caso do algodão, a redução prevista é da ordem de 2,5%, em decorrência, sobretudo, da retração ocorrida na área plantada com a malvácea nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Com relação à soja, a queda da produção, estimada em 2%, tem por causa básica, uma vez mais, a diminuição da área plantada, principalmente nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. A redução no ritmo de crescimento do plantio em regiões novas, com destaque para o Mato Grosso do Sul, vem contribuindo, também, para a estagnação da produção de soja no Brasil, nas três últimas safras. A situação do arroz, por sua vez, é menos clara. Embora haja uma estimativa de redução da área plantada da ordem de 10% no Centro-Sul, a previsão, no tocante à produção, é de um aumento de cerca de 3%, graças a uma elevação de 14% nos rendimentos por hectare. O crescimento da produtividade decorreria, no Rio Grande do Sul, da introdução de novas variedades mais produtivas (a BR/ IRGA-409 e a BR/IRGA-410) e, nos estados do Centro-Oeste, de condições climáticas mais favoráveis do que na temporada anterior. Ocorre, no entanto, que, no Rio Grande do Sul, embora os levantamentos efetuados, até o momento, sugiram ter ocorrido a repetição da área cultivada na safra anterior, os produtores do estado têm a impressão de um recuo de até 5% na área plantada. Na região Centro-Oeste, por sua vez, a escassez de recursos para o investimento

prejudicou a abertura de novos campos para o cultivo do arroz, tolhendo o processo normal da expansão orizícola naquela área. É possível, no entanto, que as insuficiências da produção do Centro-Sul sejam compensadas pelo resultado das safras das regiões Norte e Nordeste. No Maranhão, principal estado produtor desta última região, espera-se que a área de plantio do cereal apresente uma expansão entre 7% e 10%, nesta safra.

Os aspectos positivos da atual safra ficarão, sem dúvida, por conta do feijão e do milho. Tudo indica que a safra do feijão das águas, no Centro-Sul, deverá situar-se no intervalo estimado pela CFP, entre 1,445 e 1,475 milhão de t, resultado, em média, 15% superior ao do ano passado. Quanto ao milho, estima-se que a produção poderá alcançar 22,85 milhões de t no Centro-Sul. Caso a produção das regiões Norte e Nordeste repita o resultado obtido no ano passado (cerca de 700 mil t) o Brasil deverá atingir um novo recorde de produção de milho, registrando um aumento de 5% em relação à temporada anterior.

É possível, no entanto, que esses resultados ainda venham a ser alterados pela estiagem que atingiu, recentemente, diversos estados do Centro-Sul do país. Até o momento, contudo, é difícil estimar o efeito preciso dessa ocorrência sobre as safras agrícolas, uma vez que o fenômeno da falta de chuvas tem mostrado caráter fortemente localizado. Prevê-se, porém, que as lavouras mais afetadas seriam os cultivos de soja e arroz, no Rio Grande do Sul, e o de algodão, no Paraná.

Apesar de um crescimento apenas modesto na produção, as perspectivas de um aumento expressivo dos preços agrícolas, por ocasião da comercialização da safra 1981/82, são bastante remotas. No caso do algodão, do arroz e do milho, os estoques remanescentes são consideráveis; para a soja, vigorará um novo sistema de comercialização externa que deverá contribuir para manter sob controle os preços domésticos do grão; e, finalmente, no caso do feijão, a expansão significativa da oferta já está contribuindo para a queda acelerada dos preços recebidos pelo produtor desta leguminosa. Talvez seja o momento, portanto, de chamar a atenção para a necessidade de se garantir uma remuneração adequada ao produtor rural, de molde a obter, na safra 1982/83, uma expansão da área plantada compatível com as necessidades de crescimento da oferta agrícola brasileira, ou seja, bem mais expressiva do que a registrada este ano.

COMENTÁRIOS

ALGODÃO

Apenas uma boa produtividade poderá garantir a remuneração do produtor

A atual safra de algodão da região Centro-Sul deverá apresentar uma redução de aproximadamente 2,5% em sua produção final, em relação à safra precedente. A principal causa para esta redução foi a retração ocorrida na área plantada com a malvácea nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, como pode ser verificado no Quadro 1.

O estado do Paraná, maior produtor da região, deverá colher este ano uma safra de cerca de 591 mil t de algodão em caroço, quase 2% maior do que a anterior, embora o rendimento médio esperado seja um pouco inferior ao conseguido em 1981, quando foram obtidos 1.900 kg/ha. Dentre os principais fatores que podem explicar a decisão do produtor paranaense de plantar mais algodão em 1981* estão: a) a liberação de terras anteriormente dedicadas à cafeicultura, pois um número significativo de pés de café foi erradicado, devido à geada e b) os excelentes rendimentos obtidos na safra 1980/81, que, praticamente, impediram que os baixos preços praticados no mercado, a partir de maio, reduzissem de forma substancial a remuneração do produtor, o que resultaria, naturalmente, numa redução na área plantada, em favor de outras culturas mais rentáveis.

Simultaneamente, o estado de São Paulo, cuja área algodoeira apresentou uma redução de 2,5%, deverá este ano obter uma safra de cerca de 517 mil t de algodão em caroço.

Desta forma, caso as condições climáticas permaneçam favoráveis, a atual safra meridional de algodão deverá chegar à casa das 1,315 milhão de t de algodão em caroço (ver Quadro 1).

Quanto à redução esperada no rendimento médio da região Centro-Sul, esta pode ser atribuída a uma menor utilização de fertilizantes e à concentração do plantio num período mais reduzido, devido à seca ocorrida nos meses de setembro e outubro de 1981. Isto fará com que a colheita se concentre, também, num período menor, o que poderá ocasionar problemas de disponibilidade de mão-de-obra, contribuindo, ainda mais, para uma menor produtividade.

Quanto à safra nordestina de 1982, esta deverá ficar entre 110 e 120 mil t, caso não ocorra uma nova seca, como a que reduziu a safra 1981 a 109 mil t. Na ocasião, esperava-se uma produção de 130 a 150 mil t de algodão em pluma. Vale ressaltar que, das 109 mil t de algodão em pluma colhidas na safra 1981, apenas uma pequena parte foi comercializada, aproximadamente 25 mil t. Do restante, uma parte encontra-se com a CFP e a maior parcela ainda está nas mãos dos maquinistas, à espera de mercado (algo em torno de 80 mil t).

É interessante notar que o preço pago pelos maquinistas aos produtores foi superior ao preço mínimo fixado pela CFP para a região Nordeste*. Preço mínimo, aliás, já acima do que estava sendo praticado no mercado do Centro-Sul durante 1981, o que, naturalmente, impediu que esse algodão pudesse ser adquirido pela indústria local. Assim, a indústria preferiu comprar sua matéria-prima no Centro-Sul, pois, além do preço ser bem menor, a qualidade dos algodões daquela origem é bem mais homogênea, o que aumenta substancialmente o rendimento industrial da fibra.

Desta forma, considerando que o consumo de algodão, em 1981, deverá ter sido de 540 mil t (pluma),

* Deve-se salientar que, de acordo com os dados da Secretaria de Agricultura do Paraná, a área plantada com algodão no estado teve uma expansão este ano de cerca de 18%. No entanto, os dados divulgados pela CFP revelam uma expansão de apenas 2% na mesma área. Para o estado de São Paulo, os dados são também conflitantes, pois, segundo o IEA, a área plantada com algodão na safra 1980/81 teria sido de 259,3 mil ha, ao contrário dos dados da CFP que revelam uma área de 303 mil ha para a mesma safra. Quanto à safra 1981/82, segundo o IEA, teria havido uma redução de 13,6%, embora os dados da CFP revelem uma redução de apenas 2,5%.

* Embora o preço mínimo da região tenha sido estabelecido num patamar bem elevado, os maquinistas, com a quebra da safra e, procurando não perder seus fornecedores, acabaram pagando um preço acima do preço mínimo.

QUADRO 1

BRASIL – Produção e Área de Algodão da Região Centro-Sul
Safras 1969/70-1981/1982

Anos	Paraná		São Paulo		Minas Gerais		Goiás		Mato Grosso[1]		Brasil	
	Área (1.000 ha)	Produção (1.000 t)	Área (1.000 ha)	Produção (1.000 t)	Área (1.000 ha)	Produção (1.000 t)	Área (1.000 ha)	Produção (1.000 t)	Área (1.000 ha)	Produção (1.000 t)	Área (1.000 ha)	Produção (1.000 t)
1969/70	447,4	525,8	702,0	743,2	163,5	98,2	42,5	52,1	57,2	52,2	1.412,6	1.471,5
1970/71	402,2	500,9	605,0	605,0	148,0	75,6	66,4	88,0	64,0	66,0	1.285,6	1.335,5
1971/72	354,9	519,7	630,0	644,8	174,9	111,1	218,5	301,9	67,4	64,4	1.445,7	1.641,9
1972/73	293,5	419,9	430,0	622,0	157,9	105,5	151,6	159,5	72,8	73,3	1.105,8	1.380,2
1973/74	310,0	480,5	395,6	519,4	98,0	60,7	65,1	82,0	45,4	45,7	914,1	1.188,3
1974/75	267,0	377,7	368,0	489,6	108,2	84,5	37,7	60,3	90,2	92,1	871,1	1.104,2
1975/76	181,4	280,9	223,3	332,4	93,6	42,9	24,6	44,2	51,0	60,7	573,9	761,1
1976/77	290,4	416,5	300,1	483,8	116,1	91,8	73,1	85,5	68,4	89,5	848,1	1.167,1
1977/78	290,0	309,4	345,1	358,5	121,3	83,6	66,0	54,1	45,6	43,4	868,0	849,3
1978/79	285,0	468,8	283,6	507,3	99,2	69,0	35,1	61,0	45,8	71,0	748,7	1.177,1
1979/80	336,7	565,0	256,3	467,0	90,0	67,5	31,0	60,8	44,0	64,4	758,0	1.224,7
1980/81	305,8	581,0	303,0	560,5	103,0	81,98	38,0	71,4	47,0	56,0	796,8	1.350,9
1981/82[2]	328,5	591,3	295,5	517,2	96,0	72,0	35,0	65,8	47,0	68,6	802,0	1.315,0

[1] Os dados relativos à área e à produção, a partir da safra 1978/79, referem-se a Mato Grosso do Sul.
[2] Estimativa preliminar.
FONTE: DERAL (Paraná); IEA (São Paulo), CFP (para os anos de 1980/81 e 1981/82).

em 1º de março do ano corrente deverá existir um estoque remanescente da safra 1980/81 de aproximadamente 140,6 mil t, o que, somado às 467,1 mil t da região Centro-Sul, mais as 110/120 mil t da safra nordestina, perfaz um total de 717,7/727,7 mil t de algodão em pluma (ver Quadro 2).

O consumo interno, concomitantemente, deverá, este ano, experimentar um aumento em relação a 1981, ultrapassando talvez o de 1980, quando 573 mil t de algodão em pluma foram consumidas pela indústria têxtil do país. Ao que tudo indica, este deverá ser um ano bem melhor para a indústria do que o foi 1981, principalmente porque os estoques, a esta altura, já estão em um patamar extremamente baixo. Em

QUADRO 2

BRASIL – Balanço Oferta-Demanda de Algodão em Pluma – Safras 1980/81 e 1981/82
(1.000 t)

Discriminação	Safra 1980/81[1]	Safra 1981/82[2]
Estoque inicial	115,0	140,6
Produção da safra meridional	485,0	467,1
Produção da safra nordestina	109,0	120,0
Importações	1,6	–
Oferta total	710,6	727,7
Consumo interno	540,0	580,0
Exportações	30,0	–
Demanda total	570,0	580,0
Estoque regulador	90,6	96,6
Excedente exportável	50,0	50,5

[1] Dados provisórios.
[2] Estimativa inicial.
FONTE: CFP, Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo.

1981, ao contrário, este nível era bem elevado, tanto no segmento industrial como no de confecções.

Foi justamente esta queima de estoques que quase paralisou a indústria, durante o período de abril a setembro do ano passado, refletindo-se numa queda no preço do algodão e numa redução significativa no nível da atividade industrial. Vale lembrar que, além dos estoques elevados, também as altas taxas de juros praticadas no mercado financeiro contribuíram sobremaneira para este quadro, na medida em que, ao tornarem muito caro o dinheiro, impossibilitaram que o nível de compras fosse maior, obrigando tanto o setor industrial, como o de confecções, a trabalharem com um mínimo possível de matéria-prima estocada.

Desta forma, em 1981, não foi apenas a queda no consumo final de têxteis, estimada em 10%, a responsável pela crise porque passou o setor durante o segundo e o terceiro trimestres do ano mas, principalmente, os estoques que existiam e que, devido ao elevado custo do dinheiro, precisaram ser eliminados, liberando, deste modo, recursos para o capital de giro das empresas. A que-

da na produção têxtil brasileira, estimada em aproximadamente 10%, também não ocorreu de forma generalizada, havendo, inclusive, segmentos que apresentaram uma pequena expansão, como é o caso do setor produtor de índigo. Dentre os segmentos que mais sofreram com a crise, pode-se citar o de fios e tecidos para vestuário, cuja queda na produção deve ter chegado a quase 20%.

Quanto às exportações de têxteis, ao contrário do que se esperava, estas devem ter superado os US$ 830 milhões conseguidos em 1980, pois, até outubro, o único item a apresentar uma pequena queda era o de "tecidos e artigos de malharia", cujo valor exportado, em 1980, foi de US$ 63 milhões, representando apenas 8% do total exportado naquele ano.

A boa performance das exportações brasileiras de têxteis, em um ano de acirrado protecionismo e de recessão econômica mundial, deve-se, em grande parte, aos baixos preços do algodão praticados em 1981 no mercado interno. Cabe destacar, igualmente, a disposição dos exportadores de escoarem a maior parte possível de sua produção, numa tentativa de manterem o nível de atividades e de se beneficiarem do crédito-prêmio, cujo programa inicialmente definido pelo governo previa, já em janeiro, uma redução de 15% para 9,0% da alíquota.

A boa safra de algodão meridional 1980/81 e os baixos preços praticados no mercado internacional, resultaram numa oferta folgada em nível interno, na medida em que, mesmo com os incentivos dados às exportações do pluma, estas foram praticamente nulas, só se conseguindo vender ao exterior cerca de 30 mil t, já em meados do ano. Assim, a tendência dos preços da fibra foi a de ficarem estáveis nominalmente (ver Gráfico 1) possibilitando à indústria praticar preços mais atrativos.

Deve-se ressaltar que, dentro do sistema de quotas dos acordos mantidos pelo Brasil com a CEE e os Estados Unidos, a melhora com relação às exportações para aquele último país foi sensível. Já no mês de julho, (o acordo termina em 31/03/82) o país havia exportado 12% da quota de fios, 24% da de tecidos e 8% da de confecções, o que lhe deverá garantir uma penetração maior no mercado norte-americano, em 1982.

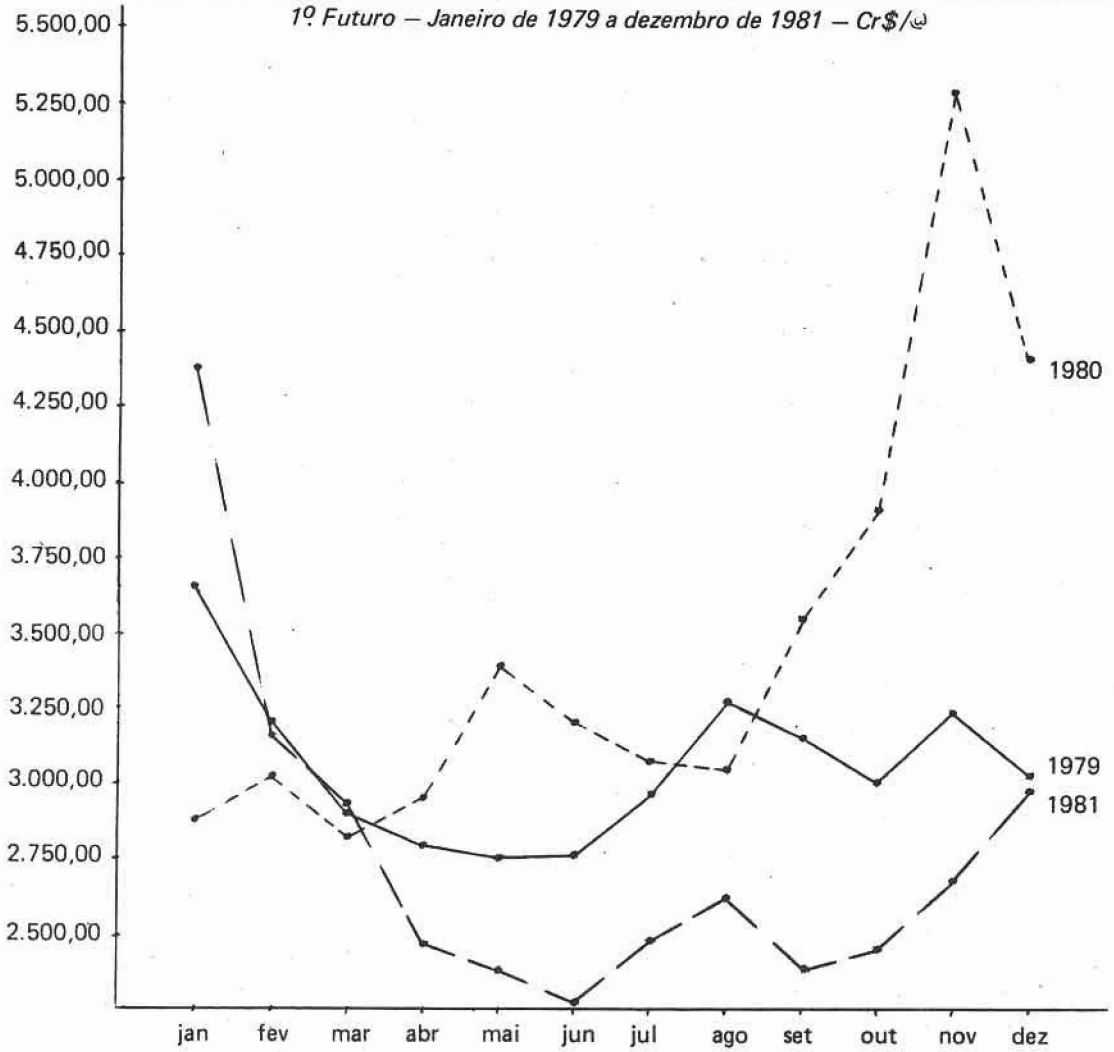
Quanto à Comunidade Econômica Européia, já em outubro haviam sido preenchidos 91% da quota de fios, 25% da de tecidos de algodão, 72% da de tecidos de algodão cru, 103% da de tecidos de poliéster/algodão, 40% da de confecções e 40% da de roupas de cama e mesa. Considerando-se, ainda, as exportações ocorridas em novembro e dezembro, é bem provável que as vendas externas tenham aumentado mais um pouco, propiciando ao país o preenchimento quase completo de suas quotas para o mercado europeu.

O cumprimento das quotas pelo Brasil constitui-se em um fator de grande importância, principalmente num ano em que os acordos bilaterais (que serão negociados nos próximos meses) deverão levar em consideração o preenchimento, ou não, das quotas vigentes em 1981/82, conforme foi acertado na renovação do Acordo Multifibras em final de dezembro. Pelo novo acordo, o país que não tivesse conseguido preencher sua quota de determinado item, teria sua nova quota baseada num aumento de 10% sobre o que foi efetivamente exportado, embora conste também do novo texto que os detalhes teriam que ser acertados entre as duas partes, havendo, desta forma, alguma compensação para o país exportador que tivesse sua nova quota reduzida.

Dentro do novo Acordo Multifibras, o Brasil não deverá ter grandes dificuldades em aumentar suas exportações em 6%, taxa de crescimento anual, que foi mantida para vigorar até julho de 1986, quando expira o atual compromisso. De acordo com a ótica dos países importadores, os principais causadores da grave crise que atinge as indústrias têxteis locais, são os países asiáticos – Hong Kong, Formosa e Coréia do Sul, principalmente – cujas exportações penetram em seus mercados a preços competitivos, impedindo, assim, que os produtos domésticos sejam mais larga-

GRÁFICO 1

ALGODÃO EM PLUMA – Preços Reais[1] na Bolsa de Mercadorias de São Paulo – Médias Mensais – 1º Futuro – Janeiro de 1979 a dezembro de 1981 – Cr$/@



[1] Preços corrigidos pelo IGP (col. 2) para Cr$ de dezembro de 1981.
FONTE DOS DADOS BRUTOS: Bolsa de Mercadorias de São Paulo.

mente consumidos. Quanto ao Brasil, devido a sua relativa pouca importância neste mercado, não deverá ter maiores dificuldades para conseguir garantir as fatias que atualmente detém.

Em última análise, as exportações brasileiras de têxteis, em 1982, vão depender, basicamente, dos preços internos e externos do algodão e de como se comportará a economia mundial neste ano. Sabe-se, por outro lado, que as perspectivas dos preços do algodão, nos níveis interno e externo, são de estabilidade, pois a safra meridional, a ser colhida nos próximos meses, deverá ser um pouco menor do que a passada, porém, existe um estoque remanescente de dimensões significativas, que deverá propiciar a estabilidade dos preços. Para que este quadro de suprimento folgado, em 1982, fosse modificado e os preços do algodão se apresentassem em alta, deveria ocorrer um fenômeno climático capaz de reduzir significativamente a produção ou, então, configurar-se um mercado externo comprador, que viabilizasse as exportações brasileiras de algodão em pluma. O mercado internacional, porém, deverá continuar praticando preços inferiores aos de 1980, seguindo a tendência do ano passado, devido ao crescimento da produção mundial de algodão e às perspectivas de um consumo situado nos mesmos níveis de 1980.

Vale ressaltar que, dentre os principais países produtores, os EUA estão colhendo, em 1981/82, uma safra recorde, o que, desde meados de 1981, vêm pressionando as cotações internacionais para baixo. A queda acentuada nos preços do algodão, no mercado norte-americano, atua de maneira a viabilizar as exportações daquele país, devido à valorização do dólar, frente às moedas dos países importadores. No entanto, tem obrigado o governo dos EUA a adquirir quantidades adicionais de algodão, dentro do sistema de garantia de preços ao produtor. Esta situação poderá, já na safra 1982/83, forçar o governo daquele país a tomar medidas de incentivo à redução da área plantada com a malvácea, o que resultará em elevação posterior dos preços da fibra. Até o momento, porém, nenhuma medida concreta foi divulgada neste sentido pelo USDA, prevalecendo, assim, as estimativas iniciais de preços estáveis, nos níveis praticados atualmente (ver Gráfico 2).

Desta forma, a prevalecerem as atuais cotações do algodão, tanto interna como externamente, pode-se prever que as exportações de têxteis brasileiros deverão, em 1982, apresentar um aumento significativo, pois, além dos preços atrativos da sua principal matéria-prima, há, ainda, o novo programa de redução do crédito-prêmio, que garante ao exportador uma forma de praticar preços mais competitivos no mercado externo, durante este ano.

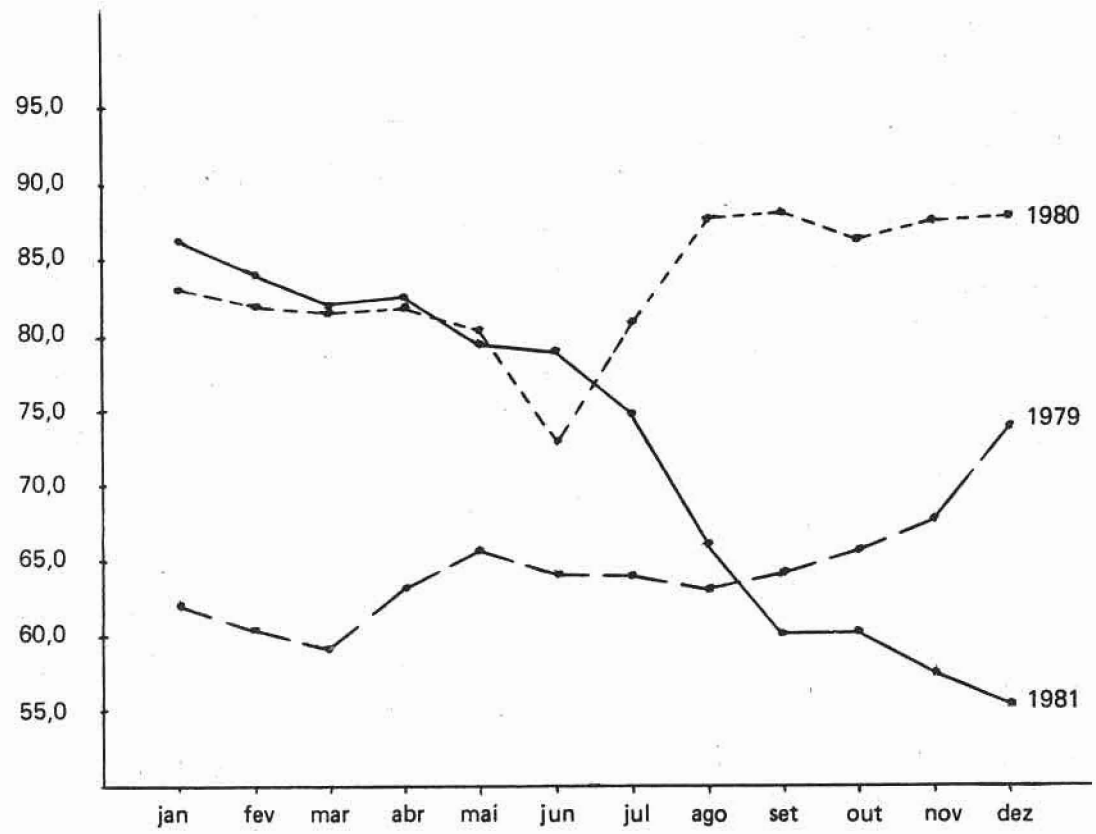
Finalmente, resta saber se o preço mínimo, de aproximadamente Cr$ 935,02/@, a ser praticado a partir de fevereiro, garantirá ao produtor uma remuneração mínima, que lhe permita manter na safra 1982/83 a mesma área plantada com algodão. Vale lembrar que este preço é superior ao preço mínimo da safra 1980/81, que foi de Cr$ 912,38/@ e inferior ao preço recebido pelo produtor em fevereiro de 1981, que foi de Cr$ 1.225,00/@ * (preço real recebido pelo produtor do estado de São Paulo).

Desta forma a remuneração do produtor em muito vai depender da produtividade alcançada nesta safra, uma vez que os preços de mercado deverão situar-se um pouco acima do preço oferecido pela CFP. Assim, em estados como o Paraná, onde a produtividade tem sido crescente, é bem provável que, mais uma vez, o produtor consiga auferir um preço remunerador. Outro fato que irá influenciar a decisão de plantar do cotonicultor será a remuneração conseguida pelos produtores das principais culturas concorrentes, ou seja, o milho e a soja. Parece, porém, que as perspectivas de preços para estas duas culturas também não são muito favoráveis, não havendo, deste modo, grandes possibilidades de redução na área de algodão em favor de alguma delas, no próximo plantio de verão.

* Preço mínimo e preço recebido pelo produtor, corrigidos pelo IGP (col. 2) e projetados para janeiro/1982, considerando-se um IGP em janeiro de 5,0%.

GRÁFICO 2

ALGODÃO – Cotações no Mercado de Memphis (spot) – Médias Mensais, de Janeiro de 1979 a Dezembro de 1981 – US¢/libra-peso



FONTE: Unicom News.

ARROZ

A atual safra deverá ser um pouco maior do que a anterior, mas os estoques serão reduzidos

O plantio do arroz para a atual safra confirmou as expectativas do mercado e dos organismos ligados à agricultura. De fato, embora ainda não se disponha de dados definitivos sobre a extensão da semeadura em nenhuma das regiões produtoras, tem-se como certa a redução da área plantada, em quase todos os grandes estados produtores do cereal. Tal situação deveu-se aos baixos preços do produto ao longo do ano passado, em todos os níveis de comercialização, e à frustração da safra 1980/81, em algumas zonas de produção.

Através do Quadro 1 pode-se observar o desempenho do plantio nos principais estados produtores. À exceção do Rio Grande do Sul, em que os levantamentos efetuados, até o momento, sugerem ter ocorrido a repetição da área cultivada na safra anterior (apesar de, entre os produtores do estado, haver a impressão de um recuo de até 5% na área plantada), a orizicultura cedeu espaços em todo o Centro-Sul do país.

Cabe registrar que, na região Centro-Oeste, a escassez de recursos para o investimento prejudicou a abertura de novos campos para o cultivo do arroz, tolhendo o processo normal da expansão orizícola naquela área. Não ocorrendo esta renovação de terras, as pastagens substituirão o cereal nas áreas em que o seu plantio já vinha sendo feito. Simultaneamente, verificou-se algum ingresso do cultivo do milho naquela região, devido a terem sido considerados atraentes os VBCs para esta lavoura.

No caso dos arrozais gaúchos, porém, mesmo que se verifique, concretamente, a diminuição do plantio, o esperado aumento na produtividade agrícola poderá compensar a menor área. Aliás, não será de todo improvável a obtenção de um rendimento médio ainda superior aos 4.000 kg/ha hoje estimados. Com efeito, as novas variedades BR/IRGA-409 e BR/IRGA-410, cujas produções experimentais propiciaram rendimentos superiores a 8.000 kg/ha, foram bastante difundidas, calculando-se que cerca de 30% da área desta safra (perto de 200 mil ha) tenham sido cobertos com suas sementes. Mesmo não apresentando, em condições normais de cultivo, a excelente performance dos ensaios, espera-se que contribuam sobremaneira para a melhoria dos níveis de produtividade do estado, já os mais elevados do país.

Até agora, tudo indica que a safra gaúcha deste ano corresponderá às expectativas de um bom desempenho, pois o clima tem sido bastante favorável, havendo problemas de escassez de água para irrigação apenas na região de Itaqui, cujo processo de desertificação foi objeto de recente estudo de **Agroanalysis** (ver volume 5, nº 12). Até mesmo a temida elevação dos preços dos combustíveis, que incidiria nos custos de recalque das lavouras, pôde ser, em parte, contornada, através de um extenso programa de eletrificação rural. Assim, segundo o IRGA, enquanto aproximadamente 200 mil hectares de arrozais utilizam o levante a diesel cerca de 400 mil ha, em todo o estado, estarão aptos, em breve, a empregarem o levante elétrico, reduzindo seus custos de produção.

Nos demais estados, em geral, o comportamento do clima também vem sendo favorável. Verificou-se um atraso no início da época propícia às operações de semeadura que, no entanto, parece não ter tido maiores conseqüências. O mesmo não ocorre, porém, no que diz respeito à incidência de pragas, pois as chuvas abundantes que caíram sobre as lavouras do Centro-Oeste, há algumas semanas, permitiram grande proliferação de cigarrinhas nas pastagens. Daí para a infestação dos arrozais e milharais foi rápido e, hoje, embora não seja possível avaliar os danos causados à safra, sabe-se que a área atingida prolonga-se por grandes extensões de Goiás e de Minas Gerais.

Poderá ocorrer que os desfalques provocados por esta praga sejam compensados, ou mesmo ultrapassados, pelo resultado da safra das regiões Norte e Nordeste. Com efeito, as

QUADRO 1

CENTRO-SUL – Estimativas de Produção, Área Plantada e Produtividade do Arroz
Safras 1980/81 e 1981/82

Estados	Área (1.000 ha)		Produção (1.000 t)		Produtividade (kg/ha)	
	1980/81	1981/82	1980/81	1981/82	1980/81	1981/82
Rio Grande do Sul	638	638	2.520	2.552	3.950	4.000
Goiás	1.327	1.014/1.147	995	1.115/1.262	750	1.100
Mato Grosso	910	774/864	1.065	1.006/1.125	1.170	1.301
Minas Gerais	654	589/621	752	854/900	1.150	1.450
Paraná	275	247/261	495	408/431	1.800	1.652
São Paulo	154	154	431	431	1.300	1.300
Santa Catarina	317	301/317	412	391/412	2.800	2.800
Mato Grosso do Sul	416	312/354	478	343/389	1.150	1.100
Rondônia	125	118,7/125	217	205/216	1.733	1.728
Bahia	51	66/76	35,7	86/99	700	1.303
Rio de Janeiro	32	30/32	81,6	81/86	2.550	2.694
Espírito Santo	30	30/31,5	54	51/53	1.800	1.692
Distrito Federal	19	19	14	24	740	1.263
Centro-Sul	4.948	4.292,7/4.640,5	7.550,3	7.547/7.980	1.526	1.738

FONTE: CFP.

precipitações do Meio Norte têm sido intensas, auxiliando o desenvolvimento das lavouras, seriamente abaladas, no ano passado, pela estiagem. A safra maranhense, a maior da região, poderá alcançar o volume que se esperava para ela há um ano, e que a seca não permitiu atingir: 1,5 milhão de t.

As características da orizicultura no Maranhão permitiram-lhe superar a frustração da safra 1980/81 (ver **Agroanalysis**, vol. 5, nºs 3 e 8) e a Secretaria de Agricultura do estado acredita que a área de plantio do cereal apresentou uma expansão entre 7 e 10%, nesta safra. Deste modo, não será difícil alcançar-se uma produção substancialmente superior à da safra 1980/81 (na qual persistem grandes discrepâncias entre a FIBGE e a CFP, com a primeira estimando pouco mais de 700 mil t e, a segunda, cerca de 1 milhão de t).

É importante observar as peculiaridades do plantio do arroz no país, já explicitadas na própria disparidade entre os sistemas de produção dos dois principais estados produtores, Rio Grande do Sul e Maranhão. Realmente, o arroz é a única das lavouras tradicionalmente voltadas para o abastecimento interno que recebeu maciços investimentos em tecnificação (Rio Grande do Sul e Santa Catarina, notadamente). Esta segmentação — lavouras tecnificadas e lavouras tradicionais — permite-lhe produzir para um mercado extremamente diferenciado. De fato, ao contrário de outras culturas de abastecimento interno, das quais o feijão é um dos exemplos mais representativos, o arroz é consumido por pessoas de diversas faixas de renda. Sendo assim, seu consumo possui forte tendência à expansão, que compensa, por vezes, qualquer redução da renda real de alguma das faixas de seus consumidores. Além disso, o mercado do arroz caracteriza-se pela existência de uma elasticidade-renda da demanda positiva, particularíssima entre as culturas alimentícias mais tradicionais, geralmente classificadas como "bens inferiores", dos quais o consumidor reduziria suas compras, quando tivesse um aumento em sua renda.

Estas considerações são importantes, diante das novas estimativas de oferta e demanda do produto para o ano corrente. Com efeito, foram promovidas alterações nos números anteriormente calculados para a safra 1980/81, pela CFP, implicando reavaliações da situação antes esperada para esta safra. Assim, de acordo com as novas estimativas, a produção brasileira de arroz, no ano que passou, somou 8,925 milhões de t, segundo a Comissão de Financiamento da Produção e 8,6 milhões de t, segundo o IBGE (basicamente, o desacordo se refere às estatísticas do Maranhão e de Mato Grosso).

O consumo, do mesmo modo, não teria alcançado, em 1981, as 9,66 milhões de t esperadas, situando-se em 9,24 milhões de toneladas. Tal recuo, pelas razões expostas acima, não pode ser atribuído tão somente à perda do poder aquisitivo dos salários das camadas médias no período e, sim, à superestimação, no cálculo do primeiro número, da taxa de incremento populacional, atualmente em declínio, e do efeito que teria a retirada do subsídio ao consumo do trigo sobre a demanda pelo arroz. Na verdade, tal efeito parece nem ter existido.

A partir destes dados, têm-se que o excedente legado pela safra 1980/81 à sua sucessora foi de, aproximadamente, 1,32 milhão de t, pois os estoques remanescentes da safra 1979/80 totalizaram 1,64 milhão de t. No entanto, como os produtores do Rio Grande do Sul tiveram permissão para a exportação de 74 mil t do cereal (equivalentes a 50 mil t de produto beneficiado), o estoque remanescente da safra passada ficou em 1,25 milhão de t (do qual deverá ser descontada parte dos leilões feitos pela CFP).

Em termos de oferta, a safra 1981/82 deverá superar, ainda que ligeiramente, a da safra anterior, uma vez que a volta de níveis "normais" de produtividade compensará a diminuição da área plantada. Cabe registrar que, em razão do bom clima prevalecente no Nordeste, atualmente, é possível que a região aumente sua participação no total da produção do país. Até o momento, no entanto, os órgãos oficiais preferem adotar uma postura cautelosa, optando pela repetição da produção nordestina da safra 1980/81: 1,375 milhão de t.

Quanto ao comportamento do mercado, o Quadro 2 permite verificar o que ocorreu durante o ano de 1981, nos diversos níveis da comercialização do arroz. Embora apresentando a variação das cotações de apenas um tipo do produto, o arroz amarelão dos estados centrais, o Quadro 2 permite visualizar a estagnação do mercado. Pode-se ver que, somente no mês de outubro, os preços nos três níveis (preços recebidos pelos produtores, atacado e varejo) conseguiram aproximar-se da alta inflacionária, medida pelo Índice Geral de Preços, da Fundação Getúlio Vargas, tendo a elevação das cotações no atacado de São Paulo superado o IGP, naquele mês. Encerrado o ano, o resultado final mostra a situação pouco

QUADRO 2

ARROZ: Índices de Evolução dos Preços Médios Recebidos pelos Produtores, Preços no Atacado de São Paulo e no Varejo do Rio de Janeiro e do IGP — (dezembro de 1980 = 100)

	Preços Recebidos pelos Produtores[1]	Preços no Atacado de São Paulo[2]	Preços no Varejo do Rio de Janeiro[2]	IGP
Janeiro	96	105	104	107
Fevereiro	95	103	103	116
Março	103	109	106	124
Abril	110	122	116	131
Maio	109	125	119	139
Junho	109	123	128	145
Julho	114	137	142	153
Agosto	125	150	142	163
Setembro	135	165	149	171
Outubro	162	187	176	178
Novembro	189	218	182	188
Dezembro	207	233	222	195

[1] Média dos cinco maiores estados produtores.
[2] Arroz amarelão dos estados centrais.
FONTE: CIMAG, Bolsa de Cereais de São Paulo, Conjuntura Econômica.

privilegiada dos orizicultores. Paralelamente, as altas, tanto no atacado, quanto no varejo, só ganharam maior impulso nas últimas semanas do ano, o que dá, como saldo positivo, o fato de o consumidor final não ter sido muito prejudicado. Em anos anteriores, para conter a alta no varejo, o governo lançou mão do tabelamento e o consumidor urbano acabou pagando mais por um produto de qualidade inferior, devido às misturas de produtos de qualidades diferentes.

Atualmente, os preços têm prosseguido em ascensão e os leilões da CFP (que procurou retardá-los para não prejudicar o plantio) registraram grande disputa pelo produto. Este, mesmo não sendo de boa qualidade, alcançou preços elevados. Em recente leilão no Rio Grande do Sul, cuja finalidade era a recomposição dos estoques dos maquinistas, pois o governo federal detém a maior parte dos ex-

cedentes da safra passada, as cotações do produto chegaram a Cr$ 2.400,00/50 kg, ou Cr$ 48,00/kg*.

Tal tendência deverá persistir por algum tempo, pelo menos até a entrada da safra, sabendo-se que o governo dispõe de estoques suficientes para conter altas especulativas. Isto fará com que, dificilmente, o atual preço básico, fixado, em julho de 1980, em Cr$ 1.000,00/50 kg seja usado para a aquisição da safra. Realmente, a correção deste preço através da evolução mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor resultará num valor não só inferior ao reivindicado pelas entidades de produtores (ver **Agroanalysis**, vol. 5 nº 8) como, também, inferior aos preços de mercado (ver Quadro 3). Supondo-se para o mês de janeiro a correção deste preço com base na média dos reajustes do INPC verificada no último trimestre de 1981, de 4,7%, o preço básico alcançaria Cr$... 1.361,32/50 kg. Inferior, portanto, aos Cr$ 1.939,87 propostos pela Organização das Cooperativas Brasileiras para o arroz de sequeiro, em meados do ano passado, mas superior ao preço mínimo da safra anterior, Cr$ 720,00, quando projetado de fevereiro de 1981 para fevereiro de 1982 (Cr$ 1.273,99).

Quanto à repercussão, junto aos produtores, da reformulação das faixas dos valores básicos de custeio, promovida para a safra 1981/82, com a divisão por regiões e tipos de cultivo, ainda não se dispõe de informações. Isto se deve a não ter a rede bancária divulgado até o momento o resultado

* no mês de janeiro de 1981, os preços em nível de produtor, no Rio Grande do Sul, eram de Cr$ 737,44/50 kg, ou Cr$ 14,75/kg; no atacado de São Paulo, o Blue Belle do Sul alcançava Cr$ 1.852,42/60 kg e, no varejo do Rio de Janeiro, o amarelão era vendido por Cr$ 35,91/kg.

QUADRO 3

ARROZ: Evolução Mensal dos Preços Médios Recebidos pelos Orizicultores nos Principais Estados Produtores e Reajuste Mensal do Preço Básico, pelo INPC – julho a dezembro de 1981

	RS Cr$/50 kg	MA Cr$/60 kg	GO Cr$/60 kg	MT Cr$/60 kg	MG Cr$/50 kg	Preço Básico Corrigido Cr$/50 kg
Julho	938,00	992,53	1.012,50	772,50	900,90	1.000,00
Agosto	1.019,76	1.011,55	1.112,50	943,75	969,88	1.069,20
Setembro	1.032,59	1.055,45	1.231,25	1.115,28	1.046,44	1.132,92
Outubro	1.174,06	1.432,36	1.393,75	1.372,92	1.206,56	1.177,67
Novembro	1.357,37	1.833,57	1.707,81	1.400,00	1.395,08	1.243,03
Dezembro*	1.617,56	1.927,39	1.804,17	1.495,83	1.547,04	1.300,21

* Até 18/12/81.
FONTE: CIMAG, CFP, IBGE.

de seus levantamentos referentes à procura por esta modalidade de financiamento. Admite-se, porém, que o VBC foi fixado em níveis abaixo do realmente necessário, até mesmo por diferenças na metodologia de sua elaboração. No entanto, para uma razoável parcela dos produtores, que não recorrem aos bancos, o VBC não se constitui em fator de distinção entre as lavouras a plantar, sendo este papel desempenhado pelo preço básico e, claro, pelo preço do mercado.

Neste aspecto, competirá à atuação governamental, ao manejar seus estoques, boa parte da responsabilidade sobre o comportamento das cotações do produto. Tal responsabilidade aumenta, diante do fato de que o produto em mãos do governo já começou a ser escoado nos leilões. Deste modo, seu papel de estoque de segurança poderá ser abalado, ou extinto, caso a atual safra também venha a sofrer perdas, possibilidade ainda não completamente descartada.

FEIJÃO

Após os incentivos ao plantio, um mercado deprimido

O último biênio constituiu-se em exemplo típico do comportamento da cultura do feijão, no país. Durante o primeiro ano do período, 1980, o mercado do produto foi fortemente pressionado pela demanda, uma vez que a safra 1979/80 apresentara a menor produção, desde 1977. Deste modo, 1980 transcorreu com preços em contínua ascensão e encerrou-se com o plantio de uma boa safra das águas, cujo resultado final foi estimado pela CFP em 1,274 milhão de t. Aquele número, porém, nada mais era do que o retorno a um nível de produção já alcançado em 1978, quando foram colhidas 1,294 milhão de toneladas. Assim, os preços do feijão, embora não tenham repetido, em 1981, o comportamento verificado no ano anterior (ver Quadros 1 e 2), situaram-se, igualmente, em níveis elevados.

Estimulados, então, por vários meses de bons preços em todos os níveis de comercialização, os produtores de todos os estados programaram a ampliação de suas áreas dedicadas ao cultivo do feijão, na atual safra das águas, conforme demonstra o Quadro 3.

Não somente as cotações do produto no mercado serviram como estímulo, embora sejam, sem dúvida, o fator que mais influencia a intenção de plantio dos agricultores. Com efeito, em novembro de 1980, o governo do estado de São Paulo lançou o Programa do Feijão Irrigado e o governo federal, em abril seguinte, divulgou o Programa de Estímulos Especiais ao Plantio do Feijão. Ambos denotavam a preocupação com o aspecto cíclico do abastecimento da leguminosa e visavam aumentar a produção, através do desenvolvimento de uma terceira safra.

Como resultado destes dois programas, esperava-se uma produção adicional de 95 mil t (a curto prazo, a intenção era que chegasse a, pelo menos, mais 200 mil t). No entanto, as facilidades creditícias concedidas não puderam impedir mais uma frustração, motivada pelo clima do período. No Paraná, por exemplo, supunha-se que a safra de inverno, plantada numa extensão de 28 mil ha, resultasse numa produção de 16 mil t. Porém, ao final da safra, haviam sido colhidas apenas 2 mil t e, no total, as perdas da terceira safra chegaram a 75 mil t.

Tendo fracassado a experiência da safra de inverno e, com o aumento de 30% verificado na produção, de 1979/80 para 1980/81, restabeleceu-se a oferta do produto num nível considerado normal. Verificou-se, então, não uma acomodação nos preços do produto e, sim, um comportamento errático, com uma rápida queda das cotações no atacado, no segundo semestre de 1981 (ver Quadro 1).

Estes mesmos preços elevados, que foram os principais responsáveis pelos aumentos na área plantada, acarretaram, igualmente, uma retração do consumo, ao longo do ano passado. Esta, por sua vez, permitiu a existência de um estoque remanescente da safra 1980/81, estimado em 80 mil t. Daí se origina, da mesma

QUADRO 1

*FEIJÃO *– Evolução das Cotações no Atacado de São Paulo – 1980 e 1981*
(1980 corrigido mês a mês para 1981, pelo IGP)

	1º Semestre					
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
1980	2.957,52	3.463,11	4.469,53	4.928,30	4.777,67	4.896,97
1981	4.683,87	4.600,00	5.403,23	6.470,00	5.733,87	5.005,00
	2º Semestre					
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1980	5.681,68	6.830,08	7.125,99	8.673,34	9.037,92	8.683,80
1981	4.825,81	6.212,90	6.150,00	6.150,00	5.091,67	3.550,00

* Tipo carioquinha especial.
FONTE: Bolsa de Cereais de São Paulo.

maneira, a atual conjuntura depressiva do mercado.

Assim, sofrendo também a pressão da entrada da safra das águas do Centro-Sul, o feijão a cores teve como cotação média, em nível de produtor, em dezembro, Cr$ 3.800,00/60 kg e, o preto, Cr$ 4.800,00/60 kg. Supondo-se que o produto custe ao agricultor algo em torno do preço básico, de Cr$ 3.709,80 deveria estar sendo vendido por, pelo menos, Cr$ . . . 4.900,00, para a viabilização das operações (no Rio de Janeiro, a cotação chegou a Cr$ 4.200,00).

A safra das águas 1981/82 teve ainda alguns outros percalços. No estado do Paraná, maior produtor brasileiro, com 24% da produção de feijão do país na safra passada, não pôde haver plantio durante o mês de setembro, devido às chuvas. Isto implicou um atraso de mais de três semanas na semeadura e fez com que as safras paulista e paranaense coincidissem em sua entrada no mercado. Além do mais, o produto plantado no mês de agosto, no Paraná, teve um mau desenvolvimento, ao contrário do que foi semeado em outubro, após as chuvas, que foi bem.

O atraso também acarretou uma diminuição do plantio dos feijões de cores no estado. Estas variedades são cultivadas no norte paranaense e, por serem plantadas mais cedo, em agosto, tiveram seus rendimentos físicos comprometidos pela estiagem, que também prejudicou o

QUADRO 2

FEIJÃO – Evolução Mensal dos Preços no Varejo da Cidade do Rio de Janeiro de Tipos Selecionados, em 1981, e Variação Percentual em 1980 e em 1981 – Janeiro a Dezembro – Cr$/kg

Mês	Tipo		
	Preto Comum	Roxinho	Mulatinho
Janeiro	75,00	128,80	116,27
Fevereiro	78,17	120,48	105,32
Março	90,01	125,72	116,85
Abril	107,52	132,40	113,94
Maio	123,25	142,11	139,65
Junho	120,95	152,22	146,51
Julho	114,63	150,99	133,66
Agosto	118,44	153,59	124,26
Setembro	119,23	157,45	127,68
Outubro	103,67	158,64	140,40
Novembro	93,85	151,99	141,80
Dezembro	86,17	147,72	138,10
dez/81÷jan/81	15%	15%	19%
dez/80÷jan/80	380%	291%	290%

FONTE: Centro de Informação de Mercado Agrícola.

preparo do solo, na região, devido à sua compactação.

As dificuldades apresentadas ao plantio do feijão de cores nesta safra, no Paraná, fazem supor que a divisão tradicional do plantio naquele estado (45% feijão preto e 55% feijão de cores) tenha sido modificada, em benefício do feijão preto.

Posteriormente, as chuvas que caíram sobre o estado em novembro e dezembro vieram afetar ainda mais a qualidade do produto. O Departamento de Economia Rural do Paraná estima que o plantio desta safra teria alcançado 835 mil hectares, dos quais 45 mil ha já teriam sido perdidos. Restariam apenas 790 mil ha para a colheita, que se aproxima do fim, com um produto obtido, até o momento, de má qualidade, registrando-se alto teor de umidade e elevada incidência de grãos quebrados, o que contribui para reduzir mais um pouco os preços.

QUADRO 3

FEIJÃO – Estimativas de Área, Produção e Produtividade na Região Centro-Sul e na Bahia – Safra das Águas – 1980/81 e 1981/82

Estados	Área (1.000 ha)		Produção (1.000 t)		Produtividade (kg/ha)	
	1980/81	1981/82	1980/81	1981/82	1980/81	1981/82
Paraná	782	821	532	575	680	700
Bahia	370	389	118	233	320	600
Santa Catarina	197	227/236	177	170/177	900	750
São Paulo	224	246/258	141	160/168	630	650
Minas Gerais	275	289/303	151	145/152	550	500
Rio Grande do Sul	147	162/169	110	113/118	750	700
Espírito Santo	41	45/47	23	25/26	560	550
Mato Grosso do Sul	18	20/22	11	12/13	610	600
Rio de Janeiro	10	11/12	7	8	700	700
Goiás	8	8/9	4	4/5	500	500
Total	2.072	2.218/2.266	1.274	1.445/1.475	615	651

FONTE: CFP.

Estes, oscilando entre Cr$ 2.500,00 e Cr$ 3.500,00, em nível de produtor, em meados de janeiro, são responsáveis pelo fato de apenas pouco mais de 30% do produto colhido até agora, cerca de 75% do total da safra, terem sido comercializados.

Tal situação prejudicará o plantio da segunda safra do estado, não apenas pelos baixos preços mas, também, pelo atraso no calendário de plantio. As operações de preparo do solo deveriam estar em andamento durante o mês de janeiro, pois o período ideal para a semeadura vai até o dia 15 de fevereiro. O atraso comprometerá a produtividade da safra da seca que é, geralmente, cerca de 100 kg/ha menor do que a da safra das águas, ou seja, em torno de 600 kg/ha, principalmente devido ao mosaico dourado, originário das lavouras de soja.

Também o atraso na divulgação do VBC e do preço básico para a próxima safra da seca poderá influir (na safra passada, foram divulgados em dezembro). No entanto, calcula-se que nem 30% dos produtores do estado valem-se do VBC, orientando-se, principalmente, pelo preço básico. Na segunda safra, o feijão é plantado por apenas 40 mil produtores, contra

200 mil na primeira e se estima que o total da área cultivada chegue aos 80 mil ha.

Quanto às lavouras de Minas Gerais, a situação não é muito diferente. Naquele estado, as fortes chuvas de janeiro atingiram as plantações já na fase de colheita e esta teve de ser acelerada, nos poucos dias ensolarados que ocorreram. Como os grãos de feijão não podem entrar em contato com o solo úmido, por germinarem rapidamente, a quantidade de perdas é elevada, estimando-se entre 30% e 40% do total previsto para a safra. Paralelamente, o produto colhido até o momento tem sido de má qualidade (até meados de janeiro haviam sido colhidos 30% da área). Calcula-se que cerca de metade do produto obtido até agora está abaixo dos padrões de classificação da CFP, o que está contribuindo para a manutenção de preços muito baixos (variando entre Cr$ 2.800,00 e Cr$ 3.200,00/50 kg).

No entanto, como as chuvas têm diminuído, é possível que o produto colhido mais tarde, mais ao norte do estado (a colheita no sul progride mais rapidamente), apresente melhor desempenho. Isto poderá trazer algum alento para o plantio da safra da seca, principal safra do estado, cujas perspectivas, dadas as condições de hoje, não são muito favoráveis.

O mesmo acontece em São Paulo, onde o ritmo da colheita varia em intensidade de região para região, mas onde já deveria estar sendo plantada a segunda safra. Ocorre que a conjuntura depressiva do mercado não está recomendando maior interesse pelo produto.

Aliás, se a política de agilização da comercialização de produtos básicos, posta em prática pelo governo estadual, está propiciando ao consumidor final a aquisição de gêneros alimentícios a preços baixos, seus efeitos sobre o mercado do produto não podem ser desprezados. Como São Paulo centraliza boa parte da comercialização da safra das águas, a vigência, no estado, de preços tão baixos, inviabiliza as vendas, em seu mercado, do produto de outras origens, acarretando retenção do produto no Paraná, Santa Catarina e em outras regiões.

A propósito, o estado de Santa Catarina, com a quase totalidade de sua safra já colhida, está iniciando o plantio da safra da seca. Repetem-se ali os mesmos problemas, sendo que a atual safra das águas, estimada em 230 mil t, é maior do que todas as safras anteriores do estado, mesmo considerando-se a soma das safras anuais.

Os preços baixos vigentes na região fizeram com que as cooperativas se comprometessem a adquirir o produto sempre pelo preço mínimo, efetuando os descontos do beneficiamento. Atualmente, calcula-se que o governo federal, através da CFP, adquirirá 1 milhão de sacas (60 mil t) ou seja, mais de 25% da produção catarinense. Esta, porém, ainda poderá ser reavaliada para um número maior, devido à boa produtividade obtida.

Situação semelhante atravessa o Rio Grande do Sul, cujas lavouras compõem-se, normalmente, de 5% de feijões de cores, que são exportados para o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, e de 95% de feijão preto, consumido internamente. Com o produto sendo cotado em torno de Cr$ 4.000,00, em Porto Alegre, a comercialização está fraca, apesar de metade da produção ter passado a ser escoada pela Centralsul, com o fim de agilizar sua saída do campo.

O segundo plantio gaúcho é pouco expressivo, em relação à safra das águas e alcançou, no ano passado, 59 mil hectares, quando foram colhidas 22 mil t.

Quanto ao plantio nordestino, concentrado principalmente em Irecê, na Bahia, sua participação na produção total do país apresenta um declínio constante, nas últimas safras, tendo passado dos 34,3% de 1978/79, para 23,1%, em 1980/81. Aliás, a atual safra da Bahia não deverá atingir as 233 mil t previstas ela CFP, pois as chuvas no mês de dezembro foram esparsas. Os produtores que semearam primeiramente perderam boa parte de suas lavouras, estimando-se que 50% deles tenham recorrido ao PROAGRO e replantado, beneficiados pelas chuvas de janeiro. Estimativas

preliminares do estado avaliam entre 30 a 40% a quebra da produção da safra das águas. Como garantia única de que o próximo plantio da seca não apresentará maiores problemas, está a manutenção, para este ano, do financiamento integral do VBC, para todos os tipos de produtores.

O Quadro 4 permite visualizar a situação da lavoura de feijão entre as principais safras de verão, no que diz respeito aos preços em nível de produtor e aos preços institucionais. Chama a atenção a grande diferença entre a remuneração obtida pelos produtores de feijão em dezembro último e um ano antes, e o fato de que o atual preço básico, hoje situado geralmente acima dos preços praticados no mercado, não ser muito maior do que o preço mínimo anterior, corrigido a título de comparação.

Preocupado com a situação do mercado (em dezembro, um movimento de agricultores de São Paulo motivou um posicionamento público da CFP, quanto à comercialização da safra) o governo federal associou-se às Secretarias Estaduais de Agricultura e à rede do Banco do Brasil, para oferecer maior garantia aos produtores. Criaram-se comissões para assegurarem a presença do preço básico nas operações no interior e deu-se maior agilidade ao pré-EGF (Programa de Adiantamentos a Cooperativas de Produtores e Companhias Integradas de Desenvolvimento Agropecuário).

Pretende-se, com isto, interiorizar os instrumentos oficiais de apoio ao produtor, para que este não seja, neste momento, prejudicado pela in-

QUADRO 4

BRASIL – Produtos Selecionados: Evolução dos Preços Mínimos[1] e dos Preços Médios Recebidos pelos Agricultores nos Maiores Estados Produtores – Safras 1980/81 e 1981/82

Produto	Preço Mínimo Nominal–1980/81 (1)	Preço mínimo 1980/81 Corrigido para fev/82 (2)	Preço básico 1981/82 Projetado para fev/82 (3)	3/2 %	Preço ao produtor em dez/80(real) (4)	Preço ao produtor em dezembro/81 (5)	5/4 %
Arroz	720,00	1.273,99	1.361,32	+7	1.361,20	1.678,40	+23
Feijão	1.800,00	3.654,00[2]	3.709,70[2]	+2	9.363,74	3.291,85	-65
Milho	474,00	838,71	1.000,58	+19	1.392,42	933,32	-33
Soja	660,00	1.167,82	1.286,45	+10	1.500,64	1.340,57	-11

[1] Considerando-se uma correção do INPC, em janeiro, de 4,7%.
[2] De outubro de 1980 a outubro de 1981, pois o preço básico é reajustado entre agosto e outubro.
FONTE: CIMAG, IEA, CFP, Conjuntura Econômica.

termediação. Com efeito, grande quantidade de EGFs vem sendo realizada e, caso não ocorra nenhuma melhora substancial no mercado, a transformação em AGFs ocorrerá maciçamente.

Ao que tudo indica, a safra do Centro-Sul deverá situar-se no intervalo estimado pela CFP, entre 1,445 e 1,475 milhão de toneladas, ou próximo a ele. Isto assegurará o abastecimento do produto até o ingresso da segunda safra, cuja avaliação seria, hoje, prematura. Deste modo, parece difícil uma recuperação dos preços do produto no futuro próximo o que, pelo menos, poderá servir como estímulo à retomada do crescimento do consumo.

MILHO

Nova produção recorde e possíveis novos problemas

A avaliação feita em dezembro, pela CFP, com base em dados coletados em novembro, levou a uma estimativa de produção de milho da ordem de 22,85 milhões de t, provenientes da região Centro-Sul*, para a safra 1981/82. Até o momento, esta estimativa permanece válida e dificilmente será reavaliada para menos, a não ser que a estiagem no Sul do país provoque danos irreversíveis. No entanto, como o desenvolvimento das lavouras vem sendo considerado excepcional, tal possibilidade ainda parece distante.

Deste modo, supondo-se que a produção das regiões Norte e Nordeste venha a ser, pelo menos, igual ao montante obtido no ano passado (cerca de 700 mil t), o país estará em vias de obter novo recorde de produção do cereal. Neste caso, considerando-se o estoque remanescente de 1,7 milhão de t (posição de 1º/11/81), ter-se-ia uma disponibilidade do grão, na corrente temporada, de cerca de 25,3 milhões de t, ou 6,3% acima da quantidade disponível em 1981.

Parece, então, que as dúvidas ocorridas no início do plantio, quanto à feliz consecução da safra, devido ao atraso motivado pela estiagem, não tiveram maior fundamento. Como era esperado, a região Centro-Sul apresentou uma expansão da área cultivada com o cereal da ordem de 4,3%, em resposta ao incentivo governamental para o cultivo do cereal na presente safra. Tal incentivo resultou num aumento de área em regiões em que a gramínea compete com a soja, e, entre as lavouras de verão, apenas o feijão das águas registrou maior incremento em sua área de cultivo.

Em nível estadual, a expansão da área cultivada com o cereal foi, em média, de 1,5% para Santa Catarina, 2,5% para Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Goiás, de 5% para o Paraná e o Rio de Janeiro, de 7,5% para o Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, e de 20% para o Mato Grosso. Em suma, neste ano-safra, o milho beneficiou-se não só da retração da área plantada com a soja no Paraná (-5%), no Rio Grande do Sul (-5%) e em São Paulo (-7,5%), como, também, na diminuição da área plantada com o arroz no Mato Grosso (-10%), no Paraná (-7,5%), no Mato Grosso do Sul (-20%) e em São Paulo (-2,5%). Na verdade, tudo leva a crer que a opção pelo milho deu-se muito mais em função da situação relativamente mais desfavorável do mercado dos outros produtos (à exceção do feijão) do que propriamente devido aos preços praticados no mercado do cereal, na época do plantio da safra ora em curso. A título de exemplo, em julho passado, o preço médio real recebido pelo produtor paranaense era de 27,9% inferior ao de um ano antes.

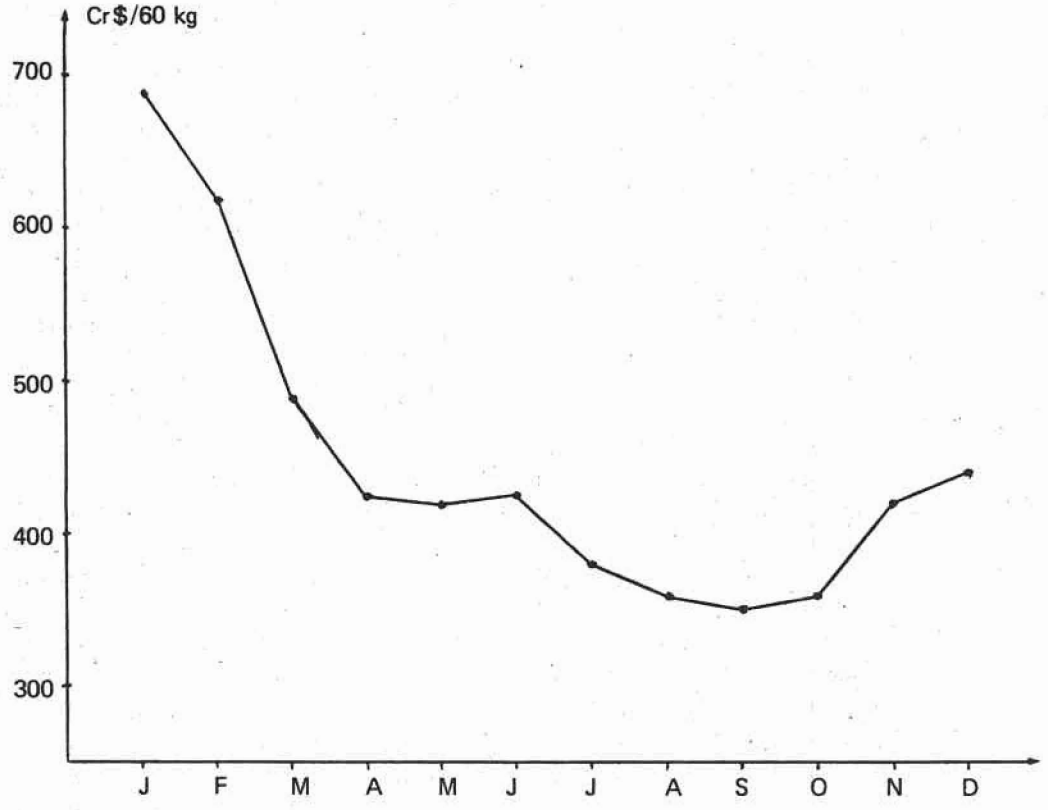
Conforme pode ser apreciado no Gráfico 1, à exceção do último trimestre do ano passado, os preços reais recebidos pelo milho no Paraná sofreram erosão acentuada, só se aquecendo ligeiramente nos últimos meses. Esta última fase ocorreu em função da recuperação sazonal da avicultura, principalmente, e do seu efeito sobre o baixo nível dos estoques das indústrias, que optavam por não armazenar o grão, devido ao alto custo financeiro que tal operação representaria.

Também não resta dúvida de que o governo procurou, na medida do possível, fortalecer o milho como o carro-chefe da produção brasileira

COMENTÁRIOS

GRÁFICO 1

*MILHO: PARANÁ – Preços Reais*Recebidos pelos Produtores – Janeiro a Dezembro de 1981*



FONTE: DERAL/PR.
* Para janeiro de 1981 - IGP, col. 2.

de grãos no presente ano-safra, certamente em razão da sangria de divisas causada pelos déficits de suprimento que o país apresentou entre as temporadas 1977/78 e 1979/80. Outro fator seria a constante preocupação com a retirada gradual do subsídio ao trigo e a inevitável maior utilização do milho na alimentação humana.

O preço básico de Cr$ 735,00/60 kg determinado para o cereal em julho passado, embora não tenha vindo totalmente de encontro às expectativas dos agricultores, não desestimulou o plantio. Além do mais, a lavoura que lhe move maior concorrência por áreas, principalmente no Sul, a soja, perdeu muito do seu poder de competitividade, na medida em que não só seus preços de mercado encontravam-se baixos à época do plantio, como, também, tanto os novos VBC's quanto o preço básico de Cr$ 945,00/60 kg frustraram os sojicultores. Paralelamente, perdurava a perspectiva de um mercado externo francamente baixista para a leguminosa, na atual temporada.

A maior vantagem comparativa do milho na atual safra foi objeto de um estudo elaborado pelo Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo*, onde são comparadas as diversas culturas do estado, relativamente à expectativa de qual seria a relação entre o preço mínimo atualizado pelo INPC à época da colheita, e o preço mínimo necessário para manter a margem remunerativa obtida pelos agricultores na safra 1980/81 (esta calculada com base nos custos operacionais e nos preços mínimos de então, levando em conta o rendimento médio obtido no estado). Presentemente, já se pode atualizar o resultado deste estudo, utilizando uma expectativa mais real quanto ao nível a que chegarão os preços mínimos da atual safra, uma vez que são conhecidos os valores do INPC de agosto a dezembro. Supondo que o INPC de janeiro chegue a 5% e, utilizando-se a linha de raciocínio do estudo supracitado, ter-se-ia que, em São Paulo, a relação *preço mínimo corrigido pelo INPC/preço mínimo para manter a margem remunerativa da safra 1980/81* deverá ser de 0,86 para o milho, 0,79 para a soja, 0,78 para o feijão, 081 para o arroz e 0,77 para o algodão.

Também como exemplo, o Quadro 1 ilustra, em nível geral, como se colocou, aos produtores gaúchos, a perspectiva de opção entre a soja e o milho, de acordo com os cálculos de custo de produção elaborados pela Fecotrigo, para o ano-safra 1981/82. É oportuno lembrar que, na região, o Rio Grande do Sul foi o estado que apresentou o aumento mais significativo da área plantada com o milho, na atual safra, devendo obter uma produção da ordem de 4,2 milhões de t, 7,4% acima da verificada no ano passado.

A partir de fevereiro, com maior concentração em abril e maio, terá lugar a colheita do cereal no Centro-Sul. Paralelamente, também a partir de fevereiro iniciar-se-á o plantio do cereal no Nordeste, cuja colheita deverá principiar no começo do segundo semestre.

Mais uma vez, o Paraná deverá posicionar-se em primeiro lugar em termos de quantidade produzida de milho, abiscoitando cerca de 25% do total esperado, embora o maior rendimento médio por hectare deva ser apresentado por Santa Catarina, que espera alcançar 2.900 kg/ha. Isto se explica pelo fato de a maioria das propriedades catarinenses produtoras de milho também possuírem criações de suínos, cujos dejetos são largamente utilizados como adubo.

Em termos de expansão da área plantada, o maior ganho deverá ficar por conta do Mato Grosso. Neste estado, a cessão de área por parte do arroz deu-se não só para a formação de pastagens mas, também, para as culturas do milho e da soja, significando um acréscimo de cerca de 20% da área plantada com milho, em relação à safra 1980/81.

Em termos de rendimento médio esperado para a região Centro-Sul, este deverá situar-se em 2.000 kg/ha, semelhante ao verificado no ano passado. Esta repetição denota uma posição muito cautelosa das autoridades governamentais, uma vez que o

* "Situação da Agricultura", julho de 1981, *in* Informações Econômicas (8-81).

QUADRO 1

RIO GRANDE DO SUL: MILHO E SOJA — Comparativo de Custos de Produção e Preço Mínimo Provável para a Safra 1981/82

Produto	Rendimento (kg/ha)	Custo de Produção (Cr$/60 kg) (A)	Preço Mínimo Provável para [3] Janeiro (Cr$/60 kg) (B)	B/A
Milho[1]	2.000	1.194,59	1.003,00	0,84
Milho[2]	3.500	1.140,00	1.003,00	0,88
Soja	1.440	1.928,93	1.290,00	0,67

[1] lavoura tradicional.
[2] lavoura mecanizada.
[3] supondo-se um INPC para janeiro da ordem de 5,0%.
FONTE: Fecotrigo.

resultado da safra de milho 1981/82 encontra-se respaldado não só em condições meteorológicas bastante favoráveis, verificadas na maioria das áreas produtoras, como também (conforme as primeiras estimativas permitem calcular) numa utilização de 60% de sementes melhoradas na atual semeadura (contra 45% no ano-safra 1980/81).

Por outro lado, um levantamento realizado pela CFP mostra que a utilização de fertilizantes, em todos os estados produtores, apresentou um forte declínio, em comparação com a safra anterior: no período entre junho e outubro do ano passado (época de plantio e início de desenvolvimento do milho), a entrega de fertilizantes nos estados do Sul, São Paulo e Minas Gerais declinou, respectivamente, 25,8%, 27,6% e 21,2%, em relação a igual período de 1980. A menor disponibilidade de recursos para a compra destes insumos acarretou uma retração generalizada de seu uso nos estados de maior produção agrícola, uma vez que, para o Centro-Sul em geral, a retração média localizou-se em 25,8%.

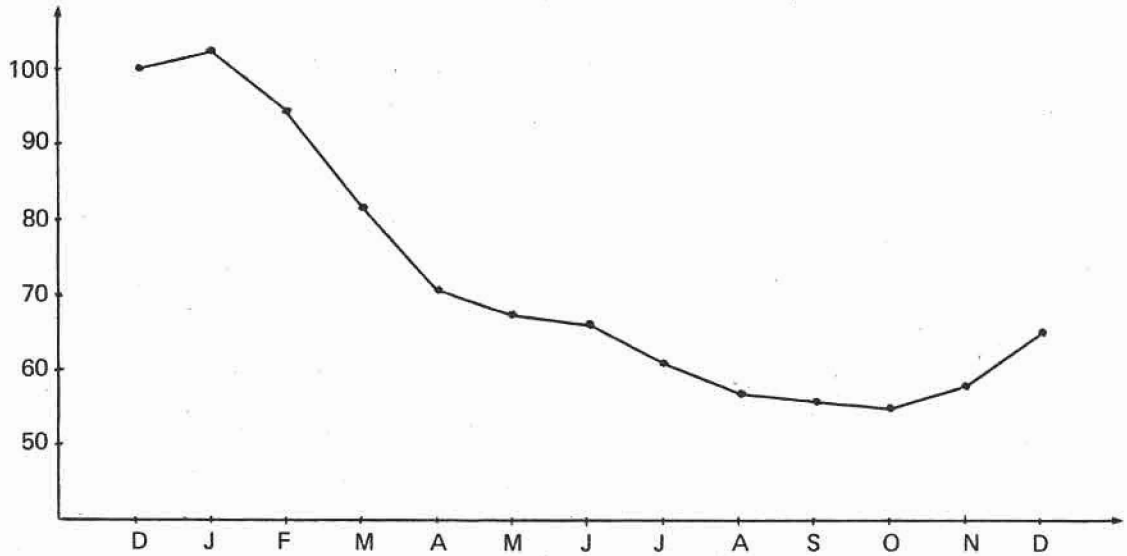
Quanto ao consumo de milho esperado na atual temporada, coloca-se, ainda, como uma incógnita, havendo disparidade entre as primeiras estimativas, que variam entre 23 e 23,6 milhões de t. Esta incerteza quanto aos números prende-se, primordialmente, ao ritmo em que se dará a comercialização do milho nos próximos meses, levando-se em conta, especialmente, a expectativa quanto à absorção do grão por parte das indústrias de rações. Estas, por sua vez, colocam-se na dependência do desenvolvimento dos setores de criação de pequenos e médios animais.

As primeiras estimativas da indústria de rações dão conta de que, no presente ano, o setor deverá apresentar um resultado melhor do que aquele de 1981, quando foi fortemente atingido, não só pela desaceleração de crescimento, tanto da avicultura, quanto da suinocultura, como, também, pela própria erosão inflacionária sofrida pelo poder de compra da maioria dos criadores. Sintomaticamente, de acordo com o Sindicato Nacional das Indústrias de Rações, em novembro passado, a produção de rações foi 20,9% inferior à de igual mês de 1980, enquanto que a produção de concentrados evoluiu 14,2%. A maior disponibilidade de milho no ano passado levou os criadores a procederem à sua mistura ao concentrado adquirido às indústrias, como forma de buscar um menor custo de produção dos animais terminados. Mesmo assim, de janeiro a novembro de 1981, em conjunto, a produção de rações e concentrados registrou um declínio de 9,4%, em relação a igual período de 1980.

Na verdade, nem a avicultura, nem a suinocultura, parecem acenar, durante 1982, com um crescimento que permita a existência de uma pressão altista sobre o preço do milho. Sendo assim, tudo leva a crer que será difícil uma ascensão real dos preços recebidos pelos produtores, durante a

GRÁFICO 2

*MILHO – REGIÃO SUL – Índices de Preços Reais*Recebidos pelos Produtores – Dezembro de 1980 a Dezembro de 1981 (Dezembro 1980 = 100)*



* IGP, col. 2 - Conjuntura Econômica.
FONTE: FGV/CEA.

comercialização da safra atual. A este respeito, vale lembrar que o preço médio recebido, em dezembro do ano passado, pelos produtores de milho do Sul do país, foi, em termos reais, 36,4% inferior à média dos preços recebidos em janeiro de 1981. O Gráfico 2 apresenta, em índices, a queda dos preços recebidos pelos produtores de milho naquela região, entre dezembro de 1980 e dezembro de 1981.

Por sua vez, as indústrias deverão manter a tendência a evitar a formação de estoques de milho, comprando esta matéria-prima de acordo com suas necessidades, em função da boa oferta esperada para o período e do custo de estocagem, que deverá permanecer elevado. Desta forma, é de se esperar que os produtores venham a obter preços próximos do preço mínimo. Este, em função de sua depreciação real, após sua fixação, no início de fevereiro, deverá afastar-se do preço de mercado, à medida que se aproximar o segundo semestre, em função do encerramento da colheita do Centro-Sul e de uma provável maior pressão de demanda por parte do Nordeste.

A conjugação de uma safra recorde a uma demanda parcialmente reprimida, na atual temporada, tem levado as autoridades governamentais a contarem com a formação de um estoque do produto de cerca de 2 milhões de t, fato inédito desde 1978. Este fato é especialmente providencial, em virtude do compromisso assumido com a URSS, para a venda de um mínimo de 500 mil t/ano de milho entre 1983 e 1986, ou seja, já a partir do próximo ano. Paralelamente, é improvável que o país venha a realizar, este ano, outras vendas ao exterior, tendo em vista a grande oferta no mercado internacional, em decorrência da safra recorde norte-americana e da gravosidade atualmente apresentada pelo produto brasileiro no mercado externo.

Permanece a incógnita, no entanto, quanto à capacidade de armazenagem condizente com a safra de grãos esperada para este ano. A perspectiva de prejuízos no nível do agricultor, durante a comercialização de seus produtos, em decorrência da precariedade da estocagem, deve ser evitada a qualquer custo, sob pena de vir a prejudicar o plantio da próxima safra. Consciente desta ameaça, o governo vem, no caso do milho, tentando dotar o sistema de EGF e AGF de maior agilidade e adequação frente à perspectiva de uma colheita recorde. Resta esperar, também, que a gerência do estoque de milho, por parte das autoridades governamentais, leve em consideração a eventualidade de quebras de produção que possam ocorrer no Nordeste, onde ainda é muito cedo para se ter clareza quanto ao resultado da safra.

SOJA

1982: ano da liberdade de comercialização. O que acontecerá?

A sojicultura brasileira apresentou, nesta safra, pelo segundo ano consecutivo, um decréscimo em sua área plantada. Dos 8,69 milhões de ha plantados em 1980/81, passou-se a uma área em torno de 8,46 milhões, ou 5% a menos.

Tal fato reflete uma mudança qualitativa no panorama da agricultura brasileira no período recente. Isto porque, nas últimas safras, a soja tem sofrido concorrência de outras culturas, como opção de plantio, fato inimaginável nos anos 70. Esta concorrência é exercida, destacadamente, pelo milho, produto tradicional de abastecimento do mercado interno, agora revestido de um novo perfil, o de insumo para a agroindústria de rações. Nessa condição, o cereal encontra uma sólida e bem estruturada demanda, capaz de estimular avanços tecnológicos na sua produção, e de dinamizar sua estrutura de comercialização, à semelhança do que ocorre com os produtos de exportação, por exemplo.

Somando-se a isso e contribuindo, também, para a diminuição da área total da soja, há uma redução no ritmo de crescimento do plantio em regiões novas, principalmente no es-

tado do Mato Grosso do Sul. Talvez a menor disponibilidade de recursos subsidiados para custeio, no caso de médios e grandes produtores, esteja desestimulando a entrada de novos agricultores no plantio da leguminosa. É possível que, após o desmatamento e o plantio inicial do arroz, os proprietários de terras estejam optando, atualmente, pelas pastagens.

Desta forma, o saldo entre reduções da área plantada no Sul e pequenos aumentos no Centro-Oeste acabou sendo negativo. Isto pode ser observado no Quadro 1, em que são apresentadas as oscilações da área de soja, em mil hectares, por estados, tomando como base a safra 1980/81.

Simultaneamente, são apresentados os crescimentos da área de milho, nos estados em que houve redução na área da soja. Pode-se verificar, então, que os decréscimos da soja são, praticamente, da mesma amplitude que os acréscimos do milho em São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, caracterizando, de certa forma, o processo substitutivo no Sul do país. A única exceção é o estado de Santa Catarina, onde poderá acontecer um ligeiro decréscimo da área plantada com a soja e onde a CFP, por exemplo, não está projetando nenhum incremento na área do milho.

A crescente competição pela terra entre estas duas culturas não é, ao contrário do que se imaginava, num primeiro momento, um acontecimento vinculado ao tamanho do estabelecimento ou a categorias específicas de produtores, para quem o plantio do cereal poderia apresentar uma vantagem comparativa, em termos de custos. Falava-se, inicialmente, que os pequenos produtores estariam abandonando a soja e passando para o milho, pois este último lhes proporcionaria uma sensível redução de custos, através da utilização da mão-de-obra familiar. Entretanto, produtores de maior porte têm, também, dedicado parcelas crescentes de suas propriedades ao plantio do cereal, talvez como forma de fugir da monocultura da soja e dos riscos dela advindos.

Além desta razão, cabe destacar que, no caso da passagem para o milho com a utilização de um nível tecnológico semelhante ao empregado nas lavouras de soja, podem ser obtidos rendimentos de até 5.000 kg/ha, enquanto a média da região Centro-Sul para este cereal é pouco superior aos 2.000 kg/ha. Haveria, ainda, a possibilidade de se plantar a gramínea em agosto e semeá-la novamente em janeiro, obtendo, portanto, duas safras por ano.

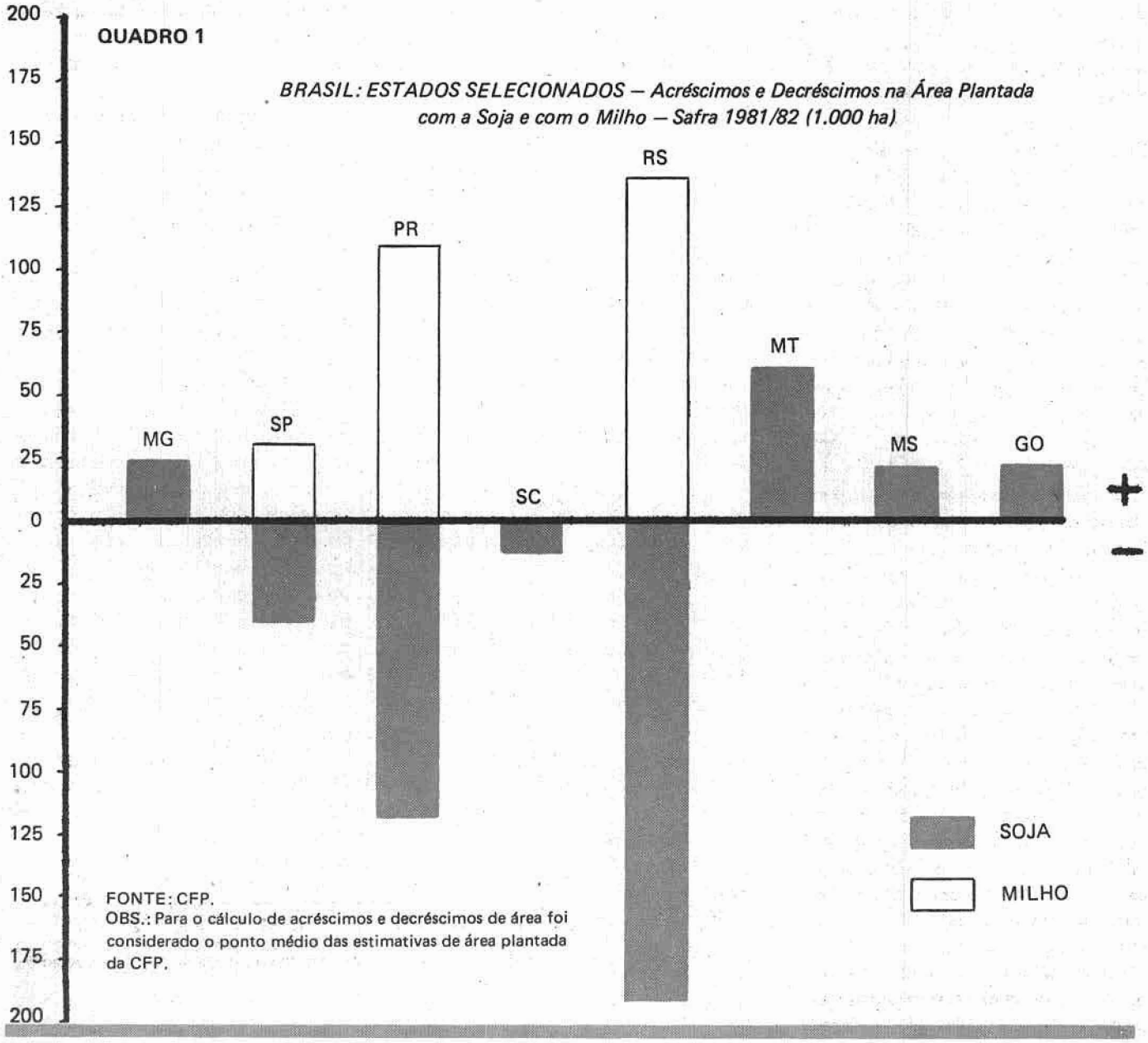
Possivelmente, se não tivesse ocorrido, nos estados do Sul, uma seca que se prolongou até setembro, muitos produtores teriam posto em prática esta última alternativa e, talvez, a redução da área da sojicultura fosse ainda maior. O que está em curso, em realidade, é um processo de substituição, estimulado por um setor dinâmico (produção de carne avícola para o mercado interno e, principalmente, para exportação) cuja demanda eleva a rentabilidade da produção de milho. Simultaneamente, tem-se uma queda relativa da rentabilidade da soja pois, frente a custos de produção ascendentes (em termos reais, segundo a Fecotrigo), os preços médios recebidos pelos produtores têm apresentado quedas sucessivas, conforme demonstrado nos Gráficos 1 e 2.

É bem verdade que, em 1979, houve uma frustração da safra e, portanto, os preços em 1980 (ano de safra normal) seriam naturalmente inferiores aos daquele ano. Em 1981, entretanto, os preços caíram novamente, em termos reais, apesar de um volume de produção igual ao do ano anterior e, ainda mais, em seqüência a uma frustração da safra norte-americana. Para o ano comercial 1981/82, as condições, até o momento, não permitem que se espere uma recuperação considerável de preços (em termos reais) pois, numa temporada em que a demanda evolui lentamente, os EUA obtiveram uma colheita normal, de 57 milhões de t, e as safras sul-americanas vêm evoluindo bem.

Em termos de Brasil, todos os estados produtores têm contado, até agora, com um clima favorável, o que implicará outra safra no patamar de 15 milhões de t. No Paraná, a chuva

QUADRO 1

BRASIL: ESTADOS SELECIONADOS – Acréscimos e Decréscimos na Área Plantada com a Soja e com o Milho – Safra 1981/82 (1.000 ha)



FONTE: CFP.
OBS.: Para o cálculo de acréscimos e decréscimos de área foi considerado o ponto médio das estimativas de área plantada da CFP.

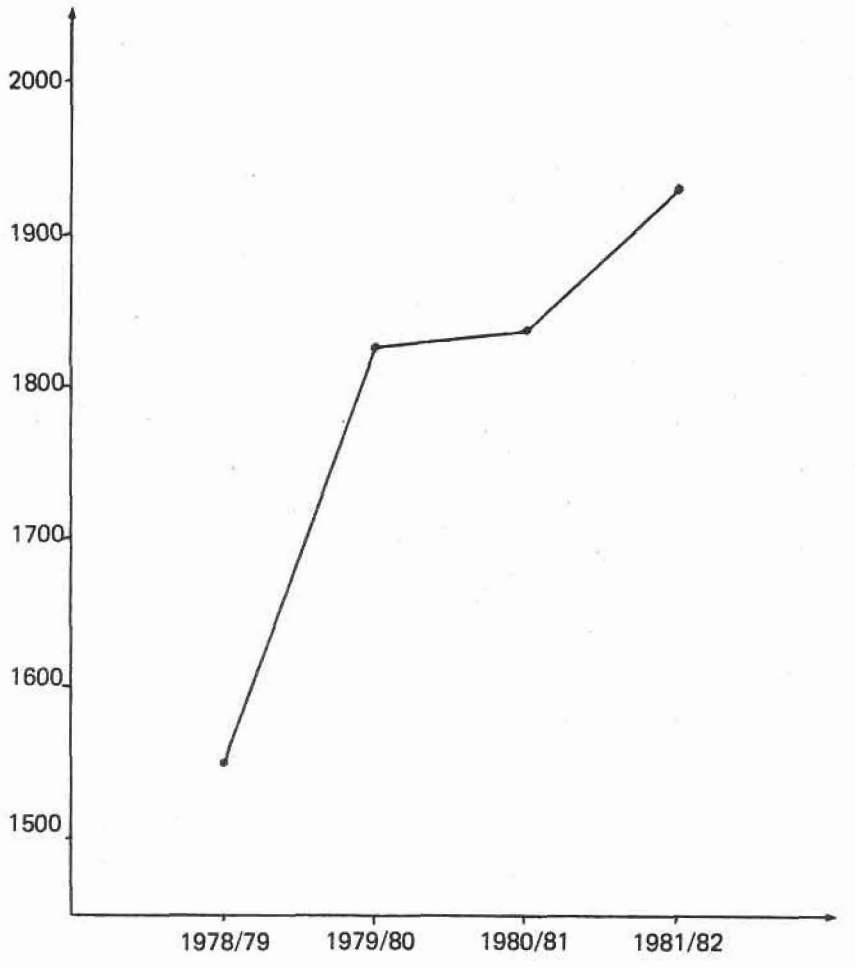
em abundância, no mês de dezembro, chegou a provocar a necessidade de replantio, em algumas áreas da região Norte. A grande disponibilidade hídrica vinha causando, ainda, um crescimento das plantas maior do que o normal, fazendo alguns produtores temerem quanto ao vigor das plantações, na época da granação e do enchimento das vagens. Quanto ao Rio Grande do Sul, as chuvas também foram regulares em dezembro, e muito espaçadas em janeiro, embora o período crítico seja, usualmente, o mês de fevereiro, quando grande parte das lavouras do estado se encontra em fase de floração. Assim, caso as chuvas não aumentem sua intensidade (as precipitações nas últimas semanas estão sendo consideradas insuficientes) a safra gaúcha talvez seja prejudicada.

Do mesmo modo, nos estados centrais, a evolução da safra é satisfatória e apenas a ocorrência de um veranico poderia perturbar o bom desempenho das lavouras.

Caso se concretize uma grande produção nesta safra, as perspectivas não serão das mais atraentes, em termos de preços, no mercado internacional. Isto porque as cotações da Bolsa de Chicago entraram num ciclo de baixa, logo após a concretização das estimativas referentes a uma boa safra norte-americana, em julho de 1981. Desde então, os preços têm-se mantido baixos, em função de um período adverso da economia mundial, cujos efeitos depressivos se fazem

GRÁFICO 1

SOJA – Custos de Produção – Safras 1978/79 a 1981/82 – Cr$/60 kg



NOTA: Foram considerados os custos em setembro de cada ano-safra e atualizados para setembro de 1981.
FONTE: Fecotrigo.

sentir sobre os preços das *commodities* em geral, entre elas a soja e seus derivados.

Ao longo de 1981, combinaram-se, de forma negativa para as cotações de produtos primários, a valorização do dólar norte-americano frente às moedas européias (o que encarece as compras feitas por aqueles países), as elevadas taxas de juros no mercado interno dos EUA, com reflexos em todas as economias ocidentais (ao tornar mais dispendiosa a manutenção de estoques) e o próprio arrefecimento da atividade econômica na Europa e nos EUA, fruto das políticas de estabilização desenvolvidas no período. Todos estes fatores fizeram com que a demanda por soja em grão, farelo e óleo evoluísse lentamente no ano comercial internacional 1980/81 (outubro/setembro). Mesmo a ligeira recuperação do esmagamento e das exportações mundiais, no último trimestre de 1981, não foram capazes de estimular o crescimento dos preços.

Para os próximos meses, existem alguns fatores que poderão influir, ainda de forma negativa, sobre as cotações. Muitos fazendeiros norte-americanos optaram por não colocarem imediatamente sua produção no mercado, preferindo lançar mão dos empréstimos de comercialização concedidos pelo governo daquele país. Tal atitude deveu-se aos preços baixos vigentes no mercado e, também, ao fato de estar programada, pelo governo Reagan, uma redução do nível de impostos incidentes sobre as receitas auferidas a partir de 1982. Com isso, a comercialização do produto tem sofrido retardamentos, o que poderá fazer com que uma quantidade de soja norte-americana, superior ao normal, entre no mercado na época de "pico" da comercialização da safra brasileira.

Portanto, a não ser que haja uma forte recuperação na demanda mundial — o que dependerá fundamentalmente do enfraquecimento do dólar norte-americano frente às moedas européias e de uma recuperação da atividade econômica na Europa e nos EUA — não será possível prever, a médio prazo, melhores preços para a soja e seus derivados do que os hoje vigentes na Bolsa de Chicago. Para o Brasil, isso representaria comercializar sua safra a preços em torno dos US$ 230/t de grão ou de equivalente em produtos, podendo assim, obter uma receita bruta mínima de US$ 2,5 bilhões (ver Quadro 1). Esta estimativa de receita pressupõe uma safra de 15 milhões de t, reserva para sementes de 1 milhão de t, exportações de 1,5 milhão de t (da mesma amplitude de 1981) e importações projetadas preliminarmente em 1,5 milhão de t. Dessa forma, ter-se-ia uma disponibilidade interna para esmagamento de 14 milhões de t. Apenas para efeito desse cálculo, considerou-se, ainda, um consumo doméstico de farelo e óleo semelhante ao de 1981, em torno de 2,8 milhões de t de farelo e 1,45 milhão de t de óleo.

Talvez calcadas nessa conjuntura de baixos preços — vigentes e projetados — no mercado internacional, as autoridades brasileiras traçaram uma nova estratégia para o complexo soja — a liberdade de comercialização. Esta era uma velha reivindicação do setor, afinal aprovada pelo governo, acompanhada de uma série de medidas, das quais as mais relevantes parecem ser:

1) As exportações de grão, farelo e óleo não sofrerão as restrições tradicionais que visavam resguardar a oferta de grão para a indústria e a disponibilidade de farelo e óleo para o consumo doméstico;

2) A importação de soja e derivados poderá ser feita sem a incidência do Imposto de Importação e do ICM e, apenas, com o pagamento do Imposto sobre Operações Financeiras;

3) Estão liberadas, também, as importações de grão em regime de *drawback*;

4) Haverá a concessão de um "EGF especial" para as indústrias que abastecerem o mercado interno;

5) O governo se encarregará de constituir um estoque regulador de óleo de soja, cujo volume deverá ser da ordem de 100 mil t.

O conjunto das normas aprovadas pelo governo representa, sem dúvida, a possibilidade de as exportações de grão, farelo ou óleo fluirem

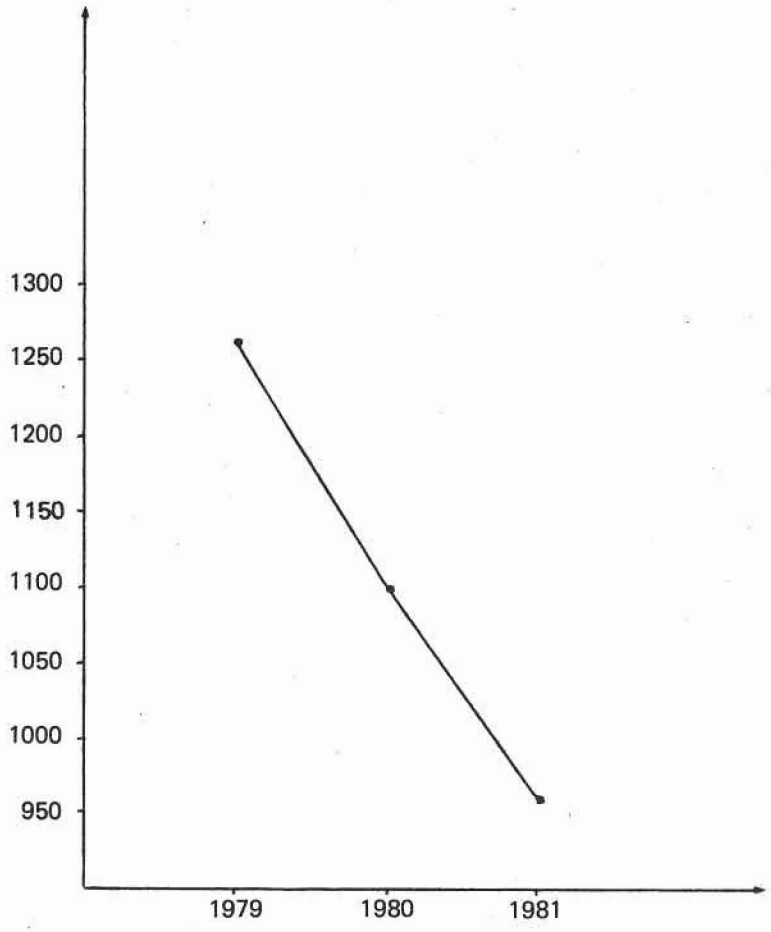
mais livremente, desmontando os entraves que, muitas vezes, faziam com que se perdessem boas oportunidades de negócios. Entretanto, algumas restrições podem ser levantadas à nova sistemática, dependendo de que ângulo a questão venha a ser examinada.

Do ponto de vista dos produtores, o efeito positivo da abertura total das exportações fica relativamente reduzido, diante da liberdade concedida às importações de grão (e, também, de farelo e óleo) e da manutenção das compras em regime de *draw-back*, em qualquer momento do ano comercial brasileiro. Isto significa que poderão ser efetuadas importações maciças no auge da comercialização da safra, a exemplo do que ocorreu em 1981. A entrada de substancial quantidade de grãos, nos meses de junho e julho, por exemplo, quando grande parte dos produtores precisa saldar suas dívidas de custeio, tem, indubitavelmente, um efeito depressivo sobre as cotações internas.

Poder-se-ia argumentar, em contrapartida, que a exportação da soja produzida no país também é livre e, por conseguinte, se os preços pagos internamente não forem satisfatórios, os produtores do grão poderão exportá-la. Tal raciocínio é verdadeiro, mas apenas em parte. Isto, porque o produto *in natura* brasileiro vem perdendo posição no mercado internacional há algumas tempo-

GRÁFICO 2

SOJA — RIO GRANDE DO SUL: Preços Recebidos pelos Produtores no Pico da Comercialização da Safra Gaúcha — 1979 a 1981 — Cr$/60 kg



NOTA: Foram consideados os preços médios (abril-maio-junho) de cada ano, corrigidos para maio de 1981.
FONTE: CEA/FGV.

radas (em função de uma política de estímulo à exportação de produtos processados) e a expansão da quantidade vendida ao exterior não poderia, nem poderá, especialmente neste ano, ser muito grande, dada a atual situação do mercado internacional. Além disso, o grão tradicionalmente paga um ICM maior na exportação e não se beneficia de subsídios creditícios, com os quais a exportação de produtos manufaturados conta. Assim sendo, a não ser no caso de produtores (e suas cooperativas!) vinculados à indústria, a "liberdade de comercialização" aparentemente não trará ganhos adicionais aos sojicultores.

Do ponto de vista do governo federal, preocupado, ao mesmo tempo, com a receita cambial e com a inflação interna, a "liberdade de comercialização" poderá maximizar o ganho em dólares. Contudo, por outro lado, obrigará a novos dispêndios, na forma de concessão de créditos subsidiados adicionais (EGF especial, para o óleo) e na formação e manutenção de um estoque regulador de óleo de soja.

Por fim, há, ainda, o lado dos consumidores de farelo e, principalmente de óleo, para quem o bom funcionamento da nova sistemática dependeria da manutenção das atuais cotações (baixas) no mercado internacional. Isto porque, caso os preços externos se elevassem de forma significativa, a disponibilidade interna destes produtos estaria condicionada a uma elevação proporcional nos preços domésticos e, também, nos dispêndios (indiretamente pagos por toda a sociedade) com a aquisição e a manutenção de estoques governamentais.

Finalmente, pode-se ponderar que a maior preocupação de uma política voltada para o complexo soja deve ser uma remuneração adequada aos seus produtores. As atuais cotações, para entrega em maio, têm girado, na Bolsa de Chicago, em torno de US$ 6,5/bu, o que, traduzido em cruzeiros, a uma taxa de câmbio projetada para aquele mês de US$ 1 = Cr$ 162, representará Cr$ 2.300,00/60 kg. Se, desse valor, forem debitadas as despesas de secagem, armazenamento, frete até o porto e outras, o resultado líquido situar-se-á por volta de Cr$ 2.000,00/60 kg. Tal valor situa-se 98% acima dos preços médios percebidos pelos produtores em maio de 1981, capaz, portanto, de apenas cobrir, ou levemente ultrapassar, a taxa inflacionária, dependendo do declínio ou não da inflação, nos próximos meses.

QUADRO 2

BRASIL — Estimativa da Receita de Exportação do Complexo Soja — 1982

	Quantidades (1.000 t)	Preço Médio (US$/t)	Valor (US$ milhões)
Grão	1.500	230	345
Farelo	8.120	201	1.632
Óleo	1.070	485	519
TOTAL			2.496

FONTE: USDA.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal: 9.052 – ZC–02
Tel.: 551-1542
CEP: 22.250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, José Joaquim de Sá Freire Alvim e Octávio Gouvêa de Bulhões

CONSELHO CURADOR
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: João Carlos Vital
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cezar Reis de Cantanhede e Almeida, Estado de São Paulo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, José de Nazaré Teixeira Dias, Embaixador Manoel Pio Corrêa Jr., Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens d'Almada Horta Pôrto, Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Eugenio Gudin, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mario Henrique Simonsen
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social:
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais: Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria:
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Processamento de Dados – Eugênio Decourt
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional – Luiz Aranha Corrêa do Lago



Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRICOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL